

que esteja em defesa de um princípio nacionalista, ele que faz parte de um grupo jornalístico que recebeu em todos os tempos o mais sólido apoio financeiro de capitais estrangeiros e que se extremou sempre em sua defesa irrestrita e intransigente”; que o dispositivo constitucional vedaria a propriedade de empresas por estrangeiros, não que “sejam elas financiadas, no país ou no exterior, desde que o financiamento não envolva cessão, alienação ou gravame de ações ou quotas”<sup>(377)</sup>.

Nesse ínterim, o deputado João Calmon prosseguia em sua campanha: voltava à televisão, a 15 de fevereiro, declarando preferir o monopólio estatal do rádio e da televisão, caso fosse essa a única fórmula capaz de “preservar a soberania do país e de defender a formação da opinião pública por setores nacionais”; denunciava a próxima alienação de outras empresas nacionais de rádio: “outros grupos estrangeiros estão pleiteando o mesmo tratamento dispensado à *Time-Life*, citando a cadeia da *American Broadcasting Company* e a *National Broadcasting Company*, de propriedade da RCA, que também desejam celebrar acordos com emissoras brasileiras nos mesmos termos dos contratos entre a TV Globo e a *Time-Life*”. A sua campanha só cessaria, insistiu, quando fosse adotada uma das seguintes soluções: “Rescisão do contrato entre o grupo *Time-Life* e o grupo de *O Globo*; celebração de acordos semelhantes pelas demais emissoras, com a conseqüente desnacionalização da televisão e do rádio; ou, então, a decretação do monopólio estatal do rádio e da televisão”. Revelou, nessa oportunidade, que as folhas do livro do cartório em que fora registrado o contrato entre a TV Globo e *Time-Life* haviam sido rasgadas; mencionou ainda o fato de serem pagos em Nova Iorque e em dólares os serviços de técnicos de *Time-Life* à TV Globo.

A polêmica entre as partes a respeito da infiltração de capitais estrangeiros na imprensa, no rádio e na televisão brasileiras proporcionaria ao público a oportunidade de conhecer os bastidores e alguns dos segredos das empresas dedicadas a tais atividades, e corresponderia, evidentemente, a um aspecto da crise desses meios de comunicação do pensamento. A originalidade estava, apenas, em que, agora, eram as comadres que diziam as sujas verdades. E não as diziam todas, evidentemente: no decorrer da áspera polêmica, não houve, da parte de acusadores como da parte de acusados, a mais mínima referência ao controle exercido pelas agências estrangeiras de publicidade sobre aquelas empresas de imprensa, de rádio e de televisão; os dois lados enfatizavam sempre, também, a posição geral

(377) *O Globo*, Rio, 6 de fevereiro de 1966.